

PORTUGAL DIPLOMÁTICO



Visita MNE à China

Cimeira G7 no Canadá

Entrevista a Alice Cunha

IXª EDIÇÃO

Março 2025



0 35545 62336 78 1

Índice

- ➡ Mês do MNE..... pág. 2
 - ▶ Encontro com Juraj Blanár..... pág. 2
 - ▶ Visita à Ucrânia..... pág. 2
 - ▶ Rangel foi à China..... pág. 3
 - ▶ Encontro com David Lammy..... pág. 6
- ➡ Reunião Internacional de Apoio à Ucrânia..... pág. 8
- ▶ Entrevista a Alice Cunha..... pág. 10
- ➡ Anulação das Eleições na Roménia: Causas e Consequências..... pág. 15
- ➡ Cimeira G7 no Canadá..... pág. 18

Mês do MNE

Por Bruno Oliveira, Dario Vargas e Rodrigo Fialho

Neste mês destacamos o encontro em Lisboa entre Paulo Rangel e o seu homólogo da Eslováquia, Juraj Blanár, a sua ida à Ucrânia, mais propriamente a Kiev, a sua visita oficial à República Popular da China, e o seu encontro com David Lammy, o seu homólogo do Reino Unido.

Encontro com Juraj Blanár

Por Bruno Oliveira

No início do mês, mais precisamente a 5 de março, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, recebeu o seu homólogo eslovaco, Juraj Blanár, em Lisboa. Entre os temas discutidos entre os dois ministros estiveram as relações bilaterais entre Portugal e a Eslováquia, o conflito militar na Ucrânia, o ponto de situação no Médio Oriente e em África, bem como o futuro da União Europeia, com destaque para as questões da competitividade, do alargamento e da defesa.

Visita à Ucrânia

Por Dario Vargas

No dia 14 de março, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, dirigiu-se à Ucrânia para uma visita de Estado com a duração de um dia. Esta visita abordou tópicos como o apoio de Portugal à Ucrânia, que foi invadida no dia 24 de fevereiro de 2022 pela Rússia e encontra-se presentemente em estado de guerra, e o potencial apoio de Portugal ao país no período pós-guerra.

Durante esta visita, Paulo Rangel visitou um hospital pediátrico em Kiev onde o Instituto Camões, um instituto sob o Governo português dedicado à promoção da língua e cultura portuguesa no exterior bem como ao fornecimento de apoio humanitário, tem efetuado programas para permitir que crianças doentes sejam capazes de continuar a sua aprendizagem, e reuniu-se com o ministro de negócios estrangeiros do país, Andrii Sybiha. Segundo a agência de notícias Ukrinform, o encontro entre os ministros focou-se no reforço dos laços de cooperação no setor da defesa entre os dois países e na participação de Portugal em coligações internacionais com o objetivo de melhorar as capacidades defensivas da Ucrânia. Em declarações após a reunião, Sybiha realçou o papel de Portugal em “abrigar milhares” de refugiados ucranianos, pedindo que o país utilizasse as suas conexões para apoiar os laços entre a Ucrânia e África e América Latina de forma a limitar as capacidades da Rússia de contornar sanções, numa referência à crescente influência e laços estreitos entre a Rússia e os demais países de língua oficial portuguesa.

Já numa reunião com o Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, foi abordado, segundo a agência de notícias Lusa, o potencial de Portugal apoiar a reconstrução do país assim como um papel no setor da educação. Adicionalmente, foi tema o papel da União Europeia nas negociações de paz entre os beligerantes do conflito.



Em declarações à imprensa, O Ministro de Negócios Estrangeiros Paulo Rangel (direita) mostrou-se cético com o Presidente ucraniano Volodymyr Zelensky (esquerda) relativamente aos esforços dos Estados Unidos em obter um cessar-fogo entre a Ucrânia e a Rússia, admitindo que estava “extremamente cauteloso”, não acreditando que “a Federação Russa vá aceitar o cessar-fogo” após as exigências feitas pelo Presidente russo, Vladimir Putin, relativamente a um potencial acordo. O ministro também realçou que dois princípios regiam a perspetiva portuguesa sobre as negociações de paz: “nada sobre a Ucrânia sem a Ucrânia” e “nada sobre a Europa sem a Europa”, e que era necessário “manter a pressão” sobre a Rússia. (Foto: Andre Kusters/EPA)

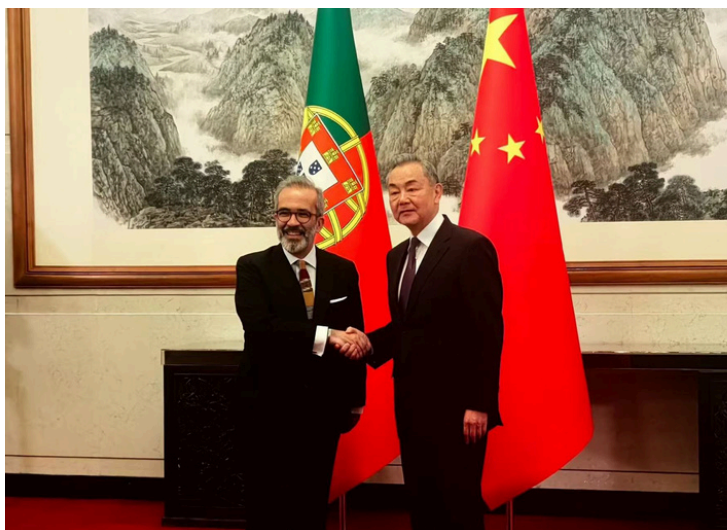
Rangel foi à China

Por Rodrigo Fialho

Entre os dias 25 e 28 de março, o ministro dos negócios estrangeiros, Paulo Rangel, percorreu o território chinês em visita oficial. De Pequim a Macau, a digressão serviu para esclarecer a relação entre os dois países num mundo em mudança. Há 5 anos que não se visitavam.

Paulo Rangel realizou, a convite do homólogo chinês, Wang Yi, uma visita de 4 dias ao país asiático. Em Pequim, Rangel sublinhou o estado “muito positivo” das relações entre os dois Estados, pese embora o período de 5 anos sem visitas.

O político português apelou ao aprofundamento dos laços com a Europa, ao que Wang Yi acedeu: “a Europa é um polo importante num mundo multipolar”, apoiando-a na manutenção da sua “autonomia estratégica”. Wang, lembrou que Portugal é o único país da Europa Ocidental que ainda não aderiu à iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, isto é, um Rota da Seda à la século XXI. Quanto ao calcanhar de Aquiles Rússia-Ucrânia, Paulo Rangel assumiu que Lisboa “não se revê” em algumas das propostas da China. Mesmo assim, reconheceu que Pequim pode ter “papel positivo”.



O Ministro de Negócios Estrangeiros Paulo Rangel (esquerda) com o seu homólogo chinês Wang Yi (direita) (Foto: Observatório da China)

Português, uma “língua do futuro”

Na Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (“Beiwai”), Rangel foi recebido por Jia Wenjian, reitor da universidade, e o vice-reitor, Zhao Gang. Falando numa conferência debate sobre a língua e cultura portuguesas, assinalou a importância do idioma. É a língua mais falada no hemisfério sul e “até 2100, haverá mais de 600 milhões de falantes de Português”. Do ponto de vista económico, “a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) seria o sexto maior bloco económico do mundo”.

O representante luso revelou, ainda, os seus três escritores portugueses preferidos: Luís de Camões, Fernando Pessoa e Padre António Vieira. Prometeu o fomento do ensino da língua portuguesa na China (pese embora os constrangimentos assumidos posteriormente, em Macau), e pediu às autoridades chinesas que promovam mais o ensino do chinês, particularmente na CPLP.

De acordo com o Instituto Português do Oriente, há atualmente mais de 50 universidades chinesas que ensinam português, seja em formato de licenciatura ou disciplina opcional. Isto, correspondendo a um universo de mais de 4.300 estudantes.

Rumo ao Fórum Boao

Nos dias 26 e 27, Paulo Rangel marcou presença no Fórum Boao. Trata-se de um encontro de alto nível que junta líderes políticos, empresários e académicos, para discutir os temas prementes da agenda de desenvolvimento do continente asiático. O político português reuniu bilateralmente com diversas personalidades. Destaca-se o ex-secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, e o primeiro-ministro do Bangladesh, Muhammad Yunus.



Palestra de Paulo Rangel na Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (foto: Tribuna de Macau)

Macau, “não há choradeira”

Paulo Rangel visitou, no dia 28, a EPM e reuniu com o líder do Governo da Região Administrativa Especial chinesa, Sam Hou Fai, conselheiros das comunidades portuguesas, representantes associativos e empresários portugueses.

“Não há choradeira, não temos nada para pedir, não temos nada para exigir”, foi o que garantiu Jorge Neto Valente, presidente da fundação da Escola Portuguesa de Macau (EPM), antes da chegada do ministro português. Manifestou, também, o desejo de que Rangel “leve uma correta perceção da escola, para que é que serve, os objetivos que tem”.

A verdade é que a EPM corre o risco de ficar sem dinheiro, caso o Estado português não contribua com mais financiamento. Atualmente, a sua ajuda, na ordem dos oito milhões de euros, corresponde apenas 10% dos gastos da instituição. Este quadro negativo é agravado pela falta de professores de língua portuguesa. Ministério da Educação, Ciência e Inovação português promete tentar resolver a questão, contudo, alerta para “a falta de professores em Portugal”.



Paulo Rangel à frente das Ruínas de São Paulo em Macau (foto: SAPO)

Maria Amélia António, presidente da Casa de Portugal em Macau (CPM), realçou a necessidade de o executivo português esclarecer o seu posicionamento em relação à China. “Tivemos relações muito próximas durante muito tempo, o que se alterou com a COVID”. Em tom de aconselhamento, declarou que Portugal não tem de “alinhar fielmente com tudo o que se diz na Europa e, sobretudo, nos Estados Unidos”.

Este afastamento é espelhado, por exemplo, no facto de as autoridades de Macau não aceitarem desde o ano anterior novos pedidos de residência no território para portugueses em “exercício de funções técnicas especializadas”. Permitem apenas

justificações de reunião familiar ou anterior ligação ao território. Tais orientações eliminam uma prática firmada após a transição de Macau, em 1999. O presidente da Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (APIM), Miguel de Senna Fernandes, uma "atitude distante" das autoridades portuguesas "em relação às coisas de Macau". Desmotivado, acredita que a visita de Rangel não alterará a situação: "Aliás, nunca nenhum político ou ministro em Macau tem feito alguma diferença".

"As nações são todas mistérios/ Cada uma é todo o mundo a sós"

O ministro português citou versos pessoanos para explicar que cada nação contém em si uma heterogeneidade análoga à do mundo, pelo que a instabilidade internacional atual não tem motivo para ser perpetuar no tempo. Perspetivou a presença portuguesa na Grande Área da Baía de Guangdong, Hong Kong e Macau. Por outro lado, assinalou o potencial de cooperação no âmbito da Parceria Azul, estabelecida em 2017, nomeadamente, a importância dos oceanos e da sua gestão sustentável para a economia. Rematou lembrando a realização da próxima Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos 2025, em Nice.

No fim da sua estada em território chinês, Rangel seguiu para Hong Kong, onde visionou uma exposição dedicada à comunidade portuguesa, "Estórias Lusas", no Museu de História de Hong Kong.

Encontro com David Lammy

Por Bruno Oliveira

No penúltimo dia do mês, Paulo Rangel recebeu o seu homólogo britânico, David Lammy, no Palácio das Necessidades.

Neste encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Commonwealth e Desenvolvimento do Reino Unido foram discutidos várias questões relacionadas com as relações bilaterais de Portugal e do Reino Unido, o relacionamento com a União Europeia e a situação na Ucrânia, tendo em conta a atual conjuntura internacional.



David Lammy (esquerda) e Paulo Rangel (direita) (foto: Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Em declarações após o encontro, o ministro português afirmou que "houve aqui [na reunião] uma comunhão de pontos de vista, um alinhamento, que eu julgo que é bastante promissor" e que houve também uma troca de "impressões sobre as mais variadas questões e nomeadamente na preparação de reuniões a nível de primeiro-ministro".

Quanto aos assuntos discutidos, Rangel sublinhou que "o alinhamento de Portugal e Reino Unido nesta desafiante conjuntura é claro e promissor" e que, no que concerne às relações com a União Europeia, Londres "está numa fase claramente diferente e positiva", tendo ainda apontado para o facto de que "tem havido uma aproximação entre as duas partes que é bastante notória, e que Portugal tem incentivado e que obviamente apoia de forma muito clara".



David Lammy (esquerda) e Paulo Rangel (direita) (foto: Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Reunião Internacional de Apoio à Ucrânia

Por Bruno Oliveira

No passado dia 27 teve lugar em Paris uma reunião internacional de apoio à Ucrânia, na qual Portugal esteve representado pela figura do Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.

Diversos líderes dos países europeus, entre eles o anterior Chanceler alemão, Olaf Scholz, e o Primeiro-Ministro britânico, Keir Starmer, e instituições do mesmo continente, como a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e o Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte, estiveram reunidos no Palácio do Eliseu para debater a situação na Ucrânia e reforçar o seu apoio à mesma no conflito que enfrenta contra a Rússia.



Foto de família dos líderes europeus presentes na reunião (foto: Eliseu)

O objetivo principal desta reunião foi o delinear de um plano de coordenação de esforços diplomáticos, operacionais e logísticos entre os países participantes, incluindo Estados-membros da União Europeia com outros países terceiros, entre eles o Reino Unido, o Canadá, a Islândia e a Turquia.

Para além disso, também foram discutidos temas como os mecanismos de assistência imediata, as garantias de segurança e os instrumentos de apoio a médio e longo prazo às autoridades ucranianas, de forma a garantir a sustentabilidade das Forças Armadas do país.

Esta reunião insere-se no quadro de um conjunto alargado de reuniões e cimeiras realizadas entre os países europeus. A 17 de Fevereiro, os líderes europeus já se haviam reunido também em Paris para discutir o apoio à Ucrânia e, dias antes, realizaram uma cimeira virtual, por iniciativa do Reino Unido, durante a qual foi acor-

dada a formação de uma coligação entre os países dispostos a participar numa força de manutenção de paz com soldados ou meios militares, apelidada de “Coalition of the Willing”.

Em Portugal, ainda no mesmo dia da reunião, foi adotada em Conselho de Ministros uma resolução que autoriza a despesa até 205 milhões de euros para apoio militar à Ucrânia. O valor tem como destino a disponibilização de equipamento militar em várias áreas, no quadro da cooperação bilateral entre Portugal e a Ucrânia, assinado, em grande medida, aquando da visita do Presidente ucraniano a Portugal em maio do ano passado.



Luís Montenegro na reunião de Paris (foto: Governo)

Entrevista a Alice Cunha

Nesta edição contamos com a entrevista a Alice Cunha, Professora Auxiliar com Agregação em Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), e investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), onde tem trabalhado na área dos Estudos sobre a União Europeia, sendo autora de um vasto conjunto de obras. Entrevista realizada por Bruno Oliveira e Matilde Martins.



Professora Alice Cunha

Primeiro de tudo, queria agradecer a disponibilidade da professora. A primeira pergunta é a seguinte: Portugal assumiu por quatro vezes a presidência do Conselho da União Europeia. Primeiro em 1992, depois no ano de 2000, em 2007 e, mais recentemente, em 2021. No que é que consiste o Conselho da UE e quais é que são as suas funções dentro do quadro orgânico da União Europeia?

O Conselho da UE representa os governos dos Estados-membros, com poderes legislativo e de coordenação de políticas. No caso das presidências rotativas do Conselho, estas permitem que, por um período de seis meses, cada Estado-membro presida à União Europeia, não existindo, na realidade, uma figura de presidência permanente da UE. Assim, durante esse semestre, cada Estado-membro exerce a presidência e, no fundo, acaba por gerir os assuntos principais que estão a ser negociados, debatidos, acordados, dirigindo as reuniões a todos os níveis. Tem a sua própria agenda, que atualmente já é uma agenda para 18 meses, existindo um trio de presidências que acordam um programa conjunto, para os tais 18 meses, sendo que depois cada uma dessas presidências individuais define também o seu próprio programa e agenda, que irá implementar durante o semestre. Como, na realidade, acaba por ser um período de tempo muito reduzido, os avanços nos trabalhos que normalmente são alcançados, são eles próprios limitados. Mesmo assim, também se podem alcançar metas significativas, como foi o caso da presidência portuguesa de 2000, em que se acordou a Estratégia de Lisboa para uma economia baseada na inovação e no conhecimento, ou, no caso da de 2007, a assinatura do Tratado de Lisboa. São, efetivamente, momentos distintivos dessas presidências, sendo que a generalidade dos trabalhos consiste em reuniões das diferentes configurações do Conselho (Agricultura, Transportes, Ambiente, Assuntos Gerais), que avançam com os vários dossiês pendentes da União Europeia a cada altura do tempo.

E qual é a importância destas presidências, digamos, para a afirmação dos países dentro da União Europeia, e, pronto, pegando aqui num caso específico também Portugal?

Está sobretudo relacionada com a visibilidade que confere a cada Estado-membro, e sobretudo no caso de países mais pequenos, como é o caso de Portugal, assumir estas presidências confere-lhe maior visibilidade, não só europeia, mas também internacional. O país acaba por receber vários representantes europeus, sejam chefes de Estado e de Governo, no caso dos Conselhos Europeus, sejam ministros ou altos funcionários de cada país ou da própria UE, que vêm ao país para as várias reuniões que decorrem. Também devido a essa visibilidade que lhe confere, pode funcionar como elemento de afirmação do país: no caso da primeira presidência portuguesa, em 1992, tal funcionou efetivamente para mostrar que o país estava bem integrado na União Europeia, e que conhecia não só o modo de funcionamento de todas as instituições, inclusive o do Conselho, mas também as diversas políticas, que podia ser um ator construtivo, participativo, e que ao desempenhar essa função com êxito – tendo cumprido todos os encargos que lhe estava subjacente – afirmou-se como um Estado-membro bem integrado e capacitado na União Europeia.

E, um exemplo mais recente, foi até o da Hungria, na questão das migrações, do reforço da soberania, também que utilizou a sua presidência para a afirmação desses aspetos.

Exato, para a sua agenda nacional.

Ainda dentro das presidências de Portugal, quais é que foram os elementos comuns, se houve, evidentemente, e quais é que foram as diferenças entre as presidências?

O primeiro elemento comum foi, de facto, que Portugal conseguiu organizar sempre com tempo as presidências. Logo após a adesão, Portugal podia ter exercido a presidência, mas não o fez, desde logo, tendo em conta o exemplo da presidência grega um pouco desastrosa, porque não estava preparada e teve de ser auxiliada inclusive pela França. No caso português, a visão do Governo foi efetivamente que o país precisava de tempo para se preparar, para que este encargo fosse organizado de maneira eficiente e digna, daí que a nossa primeira presidência só tenha decorrido em 1992, o que permitiu ao Governo preparar os funcionários, ter instalações apropriadas para realizar várias reuniões de alto nível ao mesmo tempo e o Conselho Europeu, mas também, não nesta dinâmica mais organizativa, de conteúdo, para ter tempo para se capacitar no domínio do conhecimento dos dossiês, que na época já eram bastante abrangentes, e o país teve então esse tempo para se preparar. E, nesse sentido, o elemento comum entre todas as presidências foi que, efetivamente, existiu sempre um trabalho preparatório grande de Portugal, em alinhamento, claro, com as próprias estruturas da UE, com o Secretariado do Conselho, resultando nesta capacidade de preparação. O segundo elemento comum é a capacidade de finalização, de cumprir os objetivos organizativos e de agenda ao qual se propunha, sendo que o elemento distintivo acaba por ser os resultados al-

cançados a nível de substância. Enquanto temos duas presidências com expectativas que foram superadas, no caso de 2000 e 2007, com os eventos que referi – a adoção da Estratégia de Lisboa em 2000 e a assinatura do Tratado de Lisboa em 2007 –, enquanto, no caso de 1992, não se conseguiu, por exemplo, alcançar o acordo em relação ao Pacote Delors II. Portanto, ficou aquém das expectativas iniciais, sendo certo que, no caso do financiamento europeu, normalmente são os grandes Estados que querem nas suas presidências alcançar essa marca distintiva. Por sua vez, em 2021, fruto também da situação pandémica que estávamos a viver, tivemos menos visibilidade conferida à presidência, até porque a maioria das reuniões realizou-se sobretudo à distância, sendo que um elemento distintivo desta presidência foi a Cimeira Social do Porto, relacionada com a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, mas que infelizmente avançou pouco nos seus propósitos. Temos, assim e no geral, dois pontos fortes e um diferenciador, porque os resultados finais de cada uma das presidências não são iguais, refletindo inclusive a agenda e a evolução dos assuntos da própria União Europeia.

Passando para a União Europeia num todo, já há muitas conversas sobre o alargamento para o leste, para a Ucrânia, ou mesmo para os Balcãs. Que influência é que isso vai ter para Portugal, para além da diminuição dos fundos europeus?

Eu não acredito numa nova ronda de alargamento nos próximos anos. Na realidade, a política do alargamento é a política mais complexa da União Europeia, visto que tem influência sobre todas as outras, portanto não há nenhuma área da União Europeia que não seja afetada com a adesão mesmo de um único Estado-membro. Há adaptações a nível das instituições, no número de deputados ao Parlamento Europeu, de mais um Comissário Europeu, que obviamente terá de ter uma área de intervenção também, para a política agrícola, indústria, coesão económica e social, além claro da redistribuição dos fundos. Portanto, a adesão de um novo Estado-membro tem um impacto em todas as esferas de intervenção e para toda a estrutura organizativa da União Europeia. Daí que são processos negociais sempre complexos. É certo que há Estados com características de absorção que seriam mais facilitadoras, como foi o caso de Portugal, por exemplo, que não apresentava nenhum problema significativo para a União Europeia. No espectro dos atuais candidatos a situação já não é propriamente a mesma e no rol de candidatos temos, por exemplo, o candidato mais antigo, que é o caso da Turquia, que é candidato quase há tanto tempo como Portugal é Estado-membro; temos candidaturas mais recentes como é o caso da Ucrânia, que apresenta vários problemas significativos, desde logo porque estamos a negociar a adesão de um Estado que nem sabemos qual será a sua dimensão territorial definitiva, quais serão as suas fronteiras no final do conflito, e algo inédito é estarmos a negociar com um Estado que está a ser alvo de uma intervenção militar. A acontecer uma nova ronda de alargamento – não necessariamente para a Ucrânia, ou para a Turquia – mas para o Montenegro ou a Albânia, por exemplo, a sua adesão, fora a questão da redistribuição dos fundos, irá implicar a deslocação do centro da Europa ainda mais

para o leste europeu. Portugal já está geograficamente na periferia atlântica da Europa, com o alargamento da Europa Central e do Leste o centro europeu acabou por ficar mais afastado de Portugal e, se outros Estados dos Balcãs aderirem, naturalmente que esse centro ainda ficará mais afastado do país, e esse alargamento impactará também o país em vários domínios económicos, incluindo o industrial e comercial.

A União Europeia, neste momento, encontra-se numa encruzilhada entre potências como os Estados Unidos da América, a China, a Rússia, mas de que forma podemos fazer frente ou como podemos sair desta encruzilhada e lidar com estas potências? Será que é através da militarização, como estamos a ver, ou através de parcerias com outros países como o Canadá, a Austrália, a Índia?

Espero que seja, sobretudo, a segunda via. Tenho uma visão pessoal mais pacifista, sendo certo que a União Europeia tem toda a legitimidade para assegurar a sua própria defesa. Se essa defesa não puder ser assegurada via NATO, que é o caso ainda atual, a União Europeia, no seu conjunto, tem a legitimidade para reforçar os instrumentos que dispõe para a sua segurança, o que não quer dizer que o faça à custa de perdermos o estilo de vida europeu, de zelarmos por valores fundamentais do Estado de Direito, da democracia, da promoção do desenvolvimento, da proteção das minorias, do avanço científico, mas também da regulação da inteligência artificial, e da proteção ambiental. Portanto, deve continuar a ser o estandarte de todos estes princípios, valores, e metas, que são também distintivas e que reforçam a sua liderança nestes domínios. Mas claro que novas (ou o reforço de) parcerias, eventualmente com o Canadá, com a Austrália, com o Japão, poderão criar novas sinergias. Nunca afastando os Estados Unidos da América, porque também tenho essa visão agregadora, de que a Europa não deverá afastar a sua ligação com os Estados Unidos ou afrontar diretamente em relação às questões de segurança, porque se o caminho for na União Europeia a criação de um exército europeu ou algo semelhante, o sinal que pode estar a dar aos Estados Unidos é que efetivamente iremos prescindir da NATO, mas a realidade é que provavelmente poderemos não ter essa capacidade, ou vontade política, de criar a nossa própria NATO europeia, que assegure a mesma função. Ao mesmo tempo, no caso da China, também temos muitas ligações, obviamente não ideológicas, mas sobretudo comerciais. Portanto devemos manter os canais abertos com estas duas potências no que diz respeito quer à segurança, quer às questões comerciais, com resultados que sejam benéficos para todos e que consigamos capitalizar estas duas dimensões.

E o projeto social da União Europeia, o ecológico, como é que fica no meio disto tudo? É que parece que está a ficar um pouco esquecido.

Não, o ecológico não está a ficar esquecido. Há metas para alcançar, a próxima delas em 2030 e, depois, alcançar a neutralidade carbónica em 2050. São metas de longo alcance, que terão de contar com a colaboração de todos os Estados-membros. Após a invasão da Rússia à Ucrânia, a questão energética voltou novamente a ser bastante debatida, incluindo o recurso a matérias-primas mais po-

luentes, como a utilização do carvão, mas são episódios que esperemos sejam transitórios, e efetivamente a União Europeia tem investido imenso nas energias limpas, do mar, do vento, solar. E nós assistimos inclusive à transformação da paisagem, também em Portugal, com cada vez mais casas e edifícios com painéis solares e moinhos de vento que geram energia eólica. Portanto, o Pacto Ecológico Europeu está a ser implementado, mas não é um projeto de resultado imediato.

A última pergunta seria relativamente a este ambiente internacional mais instável, em convulsão, como quisermos chamar, que temos e qual é que poderá ser o papel de Portugal, sozinho na sua política externa, mas também enquanto membro da União Europeia? Temos estas duas políticas externas, por assim dizer.

A política externa de Portugal está, na realidade, muito alinhada atualmente à sua participação na União Europeia. Eu acho que isoladamente os Estados têm sempre mais a perder e têm muito mais a ganhar quando colaboram em que matéria seja. Portugal está alinhado com o bloco Ocidental, muito bem integrado na União Europeia, logo acredito que o alinhamento, seja do Governo atual, seja do próximo ou dos seguintes, esteja em sintonia com as preferências da União Europeia, de manter um sistema internacional estável, o menos volátil possível, e prosseguir com a sua agenda verde, digital, comercial. Este é um elemento que a diferencia, mas também o seu agenciamento em prol de manter um sistema internacional tendencialmente pacifista, sem conflitos ou com vista à resolução dos mesmos, incluindo punir os Estados transgressores, como é o caso das sanções impostas à Rússia. Portanto, acho que Portugal terá sempre esta preferência por um sistema internacional pacífico, de colaboração política e económica, e nunca de antagonismo com qualquer Estado ou potência.

Anulação das Eleições na Roménia: Causas e Consequências

Por Johan Schäfer e Ion Cibotari

A 24 de novembro de 2024 deu-se a primeira ronda das eleições presidenciais na Roménia. Seis candidatos, representando cada um o seu partido, participaram no processo eleitoral, com o objetivo de alcançar a posição que lhes confere a representação máxima do país. O anterior Presidente, Klaus Iohannis, findo o seu segundo mandato, deixou de ser elegível. Durante oito anos seguiu um conjunto de políticas favoráveis à União Europeia (UE), integrando-se perfeitamente no seu consenso. O partido que o apoiou (PNL - pró-europeu, liberal, socialmente conservador), perdeu a confiança do povo romeno, devido à deterioração constante das suas condições de vida.

Após a Bulgária, a Roménia é o segundo país da UE com o menor PIB per capita, situando-se em cerca de 20 000€ anuais. As funções basilares do Estado social, nomeadamente o sistema de saúde e de educação, encontram-se condicionados pela falta de recursos económicos e humanos. A prática generalizada de atividades ilegais, como a lavagem de dinheiro, a corrupção, o suborno e a falta de qualidade técnica, impregnam os setores público e privado.

Os políticos com maior probabilidade de serem eleitos eram Elena Lasconi (USR - pró-europeu, liberal e de centro-direita), Marcel Ciolacu (PSD - pró-europeu, cristão, centrista), Calin Georgescu (candidato independente - anti NATO e UE, nacionalismo, protecionismo). A pluralidade de opiniões expressas pelos candidatos espelha a polarização da sociedade romena, descontente com a sua situação socioeconómica. Depois da adesão do país à UE em 2007, as elevadas expectativas de melhoria da população comum viram-se goradas. Ademais, é passível de questionamento se a entrada na NATO em 2004 proporcionou um aumento da sensação coletiva de segurança relativamente ao setor militar.



Elena Lasconi (foto: Politico)



Marcel Ciolacu (Foto: Wikimedia Commons)



Calin Georgescu (foto: Constanta 100%)

O sistema eleitoral caracteriza-se pelo sufrágio direto com voto majoritário, em duas rondas. A primeira ronda foi vencida pelo polémico Georgescu, segundo os resultados oficiais com 22,94% dos votos. Seguiram-se Lasconi e Ciolacu, que conseguiram convencer 19,18% e 19,15% dos eleitores, respetivamente. Conforme o calendário eleitoral, a segunda e decisiva volta aconteceria duas semanas mais tarde, a 8 de dezembro de 2024. No entanto, o Tribunal Constitucional do país anulou a totalidade do ato eleitoral. Esta duvidosa decisão baseou-se em alegadas "provas" de influência russa e chinesa, nomeadamente através da rede social Tiktok. Segundo a versão divulgada pelo tribunal, com forte suporte por parte da União Europeia, estas "provas" terão sido providenciadas pelos serviços secretos romenos. Todavia, carecem de elevada evidência factual que justificaria a anulação de uma eleição de tal relevância.

Em janeiro de 2025, e após várias manifestações contra os desenvolvimentos, o alegado vencedor, Georgescu, tentou impor, sem sucesso, um caso no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Algumas semanas mais tarde, durante a Conferência de Segurança de Munique, o Vice-Presidente norte-americano, JD Vance, criticou com invulgar severidade a instabilidade da democracia europeia (neste caso, a romena). Questionou também a falta de base empírica que levou a estas disputadas decisões.

No final de fevereiro, o candidato independente foi alvo de um processo judicial. Este resultou no impedimento de criação de conteúdo nas redes sociais durante 60 dias, prazo que terminará uma semana antes das eleições presidenciais agendadas para maio. Em março, foi também impedido pelo Escritório Central de Eleições de se candidatar para as mesmas, apesar de liderar as intenções de voto com cerca de 40%. Esta controversa decisão foi uma vez mais confirmada pelo Tribunal Constitucional. Foi criticada entre outros pela direita libertária americana, representada por Elon Musk, que a qualificou como "não democrática".



Cartaz de apoio a Calin Georgescu (foto: Balkan Insight)

Analisando todas estas ocorrências, é possível chegar a diversas conclusões. De uma perspectiva global, é possível observar uma aparente disputa de poder entre os tecnocratas liberais do Conselho e da Comissão Europeia, por um lado, e os nacionalistas anti-EU e NATO, apoiados pela Rússia e pelos Estados Unidos, por outro. Os primeiros, preocupados com a perda relativa de poder que têm verificado nos últimos anos, procuram manter tanto quanto possível o domínio económico e a coesão forçada dentro da União. A eventual posse de Georgescu como Presidente da Roménia representaria o surgimento de mais uma voz dissidente dentro da organização, dificultando as decisões consensuais. Aqui é necessário ter em conta os planos bilionários de armamento, engendrados pela Comissão, com apoio do Conselho e do Parlamento Europeus. Assim, é possível que tenham utilizado as ditas "provas" dos serviços secretos como pretexto para anular as eleições, cujo resultado lhes foi desfavorável. Indo ainda mais longe, desqualificaram o seu principal opositor, para garantir a dissipação de quaisquer dúvidas restantes.

As elites libertárias, que conjugam o nacionalismo com um ultraneoliberalismo, por sua vez alvejam expandir ainda mais a sua influência na Europa. Para além das redes sociais, são especialistas na desinformação sistémica da população em seu partido (neste sentido, equiparam-se aos primeiros). Parecem contar com o apoio da Rússia e possivelmente até da China em menor escala.

Neste sentido, cabe ao cidadão comum tirar as suas próprias conclusões acerca destes acontecimentos, tendo sempre em conta que a política em geral, assim como os processos democráticos em específico, são jogos cínicos onde tudo é possível. Em circunstâncias recentes, a verdade absoluta continuará, inevitavelmente, a ser um ideal inalcançável, sobretudo no que diz respeito à determinação das motivações e das intenções dos seus atores. O espírito crítico individual é, por conseguinte, mais necessário que nunca.

Cimeira G7 no Canadá

Por Maria Neves

O que é?

O G7 (Grupo de 7) é uma organização intragovernamental criada em 1976 que consiste numa união entre as sete maiores economias mundiais em cimeiras anuais para discutir temas de interesse mútuo.

Os países membros são os Estados Unidos da América, o Canadá, o Reino Unido, a França, a Alemanha, a Itália e o Japão. Nestas cimeiras também há uma participação da União Europeia, apesar de esta instituição não ser formalmente considerada um membro.

O principal propósito destas iniciativas é coordenar estas economias, discutir questões de segurança global, implementar estratégias de sustentabilidade e de combate às alterações climáticas, responder a crises (como a do COVID-19) e, por fim, desenvolver políticas para incrementar a evolução tecnológica deste bloco.

Esta cooperação, apesar de não ter uma estrutura institucional formal, tem impactado e influenciado políticas internacionais desde o comércio internacional até às estratégias de segurança coletiva.

Temas da 51ª cimeira do G7

A 51.ª cúpula do G7 está programada para ocorrer de 15 a 17 de junho de 2025, no Canadá. No entanto, os líderes do G7 têm destacado certos temas de debate.



Encontro entre o Secretário de Estado americano, Marco Rubio (à direita), e a sua homóloga canadiana, Mélanie Joy (à esquerda) (foto: The Globe and Mail)

A nível comercial e de economia global, notar-se-á o claro impacto das recentes tensões tarifárias entre os Estados Unidos e os outros países membros do G7, nomeadamente o Canadá. Também será discutida a continuidade das sanções económicas e comerciais contra a Rússia.

A nível de sustentabilidade e de mudanças climáticas, há um compromisso em encontrar estratégias eficazes que sejam capazes de promover o desenvolvimento sustentável. Deste modo, será imperativo tomar-se decisões em relação à transição energética e à dependência global dos combustíveis fósseis.

A nível da segurança internacional, em primeiro lugar, houve uma reafirmação (por parte da maioria) destes países do seu apoio à soberania ucraniana. Nesse sentido, o Primeiro-Ministro canadiano Mark Carney afirmou que "uma paz duradoura na Ucrânia contribui para a segurança de todos nós".

Em segundo lugar, na região do Médio Oriente, aguarda-se qual será o posicionamento do G7 sobre as atuais dinâmicas regionais e os alinhamentos estratégicos no Golfo.

Em terceiro lugar, há a manutenção por parte dos países do G7 em apoiar o Taiwan e em tentar assegurar um Indo-Pacífico "livre e aberto".

A nível de desenvolvimento tecnológico, há a possibilidade de se estabelecer uma regulamentação, através de políticas coordenadas, sobre a inteligência artificial.

Impactos

Esta cimeira será um momento chave que definirá o posicionamento destas sete democracias ocidentais em relação a temas vitais do desenvolvimento internacional, na sua capacidade de cooperação entre si e, por fim, no fortalecimento de parcerias com países emergentes.



Foto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países do G7 na Cimeira preparatória do Québec (Foto: CTV News)

www.portugaldiplomatico.com